

REUNIÃO DA DIREÇÃO NACIONAL DA ASSIBGE-SN

De 4 a 7 de junho de 2024, no Rio de Janeiro – RJ

RESOLUÇÕES

MOBILIZAÇÃO

1. Construção das lutas em curso;
2. Rejeição da proposta apresentada pelo governo para a carreira de efetivos (ativos, aposentados e pensionistas), com manutenção da defesa do ciclo de gestão e integralização da GDIBGE aos aposentados, além da defesa do reajuste dos temporários ao piso dos servidores de NI¹, e recomposição da inflação aos demais temporários;
3. Estado de greve com o mote: “O Brasil está no centro do mundo, o IBGE e seus servidores precisam estar no orçamento. A reestruturação da carreira, reajuste para os temporários e orçamento para o IBGE”;
4. Construir a greve em cima da nossa pauta;
5. Indicação de greve por tempo indeterminado;
6. Ligar para as agências, elaborar cartaz de divulgação das atividades e convidar para mobilização;
7. Criação de comandos locais de mobilização para organizar as mobilizações e ajudar as coordenações de Núcleo na greve;
8. Manter em foco a luta pelo reconhecimento dos direitos atuais e a conquista de direitos mais amplos para os trabalhadores temporários;
9. Priorizar a pauta pelo fim do aditamento mensal dos trabalhadores temporários, bem como mudança no sistema de avaliação;
10. Pleitear junto à Direção do IBGE liberação de ponto para realizar atividades sindicais;
11. Buscar um trânsito maior junto aos parlamentares em Brasília e também nos Estados dos respectivos Núcleos;
12. Criação de Grupo de Trabalho para desenvolver uma nova estratégia de comunicação para trabalhar na base, constituído pela comunicação da Executiva Nacional mais um representante de cada região.

¹ Vencimento básico do primeiro padrão, da primeira classe, do nível intermediário do IBGE corresponde a R\$ 2.676,24.

CALENDÁRIO DE LUTAS

1. **DE 13 A 17 DE JUNHO:**
 - Assembleias de repasse para informes sobre a DN;
 - Disseminação de novos esclarecimentos sobre a proposta do governo e sobre as indagações feitas pelo sindicato (caso sejam encaminhados);
 - Criação de comissões locais de mobilização;
 - Visita às agências e demais setores;
2. **DE 20 A 24 DE JUNHO:** Assembleias para deliberação sobre o indicativo de greve para o dia 1º de julho;
3. **DE 1º DE JULHO:** Greve por tempo indeterminado.

ORIENTAÇÕES

1. Fazer uma comunicação à imprensa sobre a importância do IBGE no cenário geopolítico e econômico nacional, articulando com a luta dos trabalhadores;
2. Construir material de campanha de filiação específico para trabalhadores temporários e trabalhadores efetivos. Kit de filiação ao sindicato: ficha de filiação, cartilha sobre direitos e deveres, cartilha sobre histórico da ASSIBGE-SN e vídeo;
3. Reeditar cartilha da ASSIBGE-SN e vídeo sobre assédios, contendo canais de denúncia, acolhimento e escuta dos sindicatos para o acompanhamento das mesmas;
4. Solicitar à direção do IBGE estatísticas sobre assédios contendo: estado origem da denúncia, tempo de tratamento da demanda, classificação por desfecho;
5. Solicitar à direção do IBGE aval para melhorias na infraestrutura dos espaços do IBGE cedidos aos núcleos para construção de áreas de convivência e acolhimento dos servidores;
6. Construir atividade virtual de formação sindical para coordenadores e base de trabalhadores com temas pertinentes à realidade dos núcleos;
7. A Executiva Nacional oficiará o IBGE pedindo pela adoção de controles que permitam a aferição das condições de segurança, número de KM rodados e outros aspectos relacionadas à segurança do trabalho, cabendo aos núcleos sindicais cobrarem localmente para que existam condições adequadas para os servidores se deslocarem por transporte público;
8. Participação dos núcleos na data, ainda pendente de confirmação, da audiência pública sobre o IBGE proposta pelo Deputado Jorge Solla (PT/BA);
9. Nota de solidariedade aos professores estaduais em greve contra a privatização das escolas e repúdio ao governador Ratinho Júnior (PR);
10. Confecção de materiais gráficos demonstrando visualmente as perdas salariais para maior mobilização do quadro;
11. Priorizar a luta pelo reajuste;

12. Oficiar a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, informando-a acerca do andamento da negociação, cobrando o seu posicionamento sobre o nosso pleito (pauta protocolada);
13. Cobrar imediata instalação do GT paritário para discutir o PGD;
14. Discutir a necessidade urgente de garantir na LOA/2025, o reajuste para os trabalhadores (as) temporários;
15. Pressionar a direção do IBGE pela aplicação de protocolo de recusa, a fim de reduzir o estresse e exposição a risco dos trabalhadores da rede de coleta;
16. Reabertura do GT paritário sobre os temporários;
17. Defesa do IBGE como órgão permanente de Estado, com debates na categoria;
18. Pressão pela realização imediata de processos seletivos para chefias das superintendências.
19. Realização de debates internos sobre o desmonte do IBGE. Com a possibilidade dos núcleos sindicais, organizarem seminários internos, com a base de trabalhadores ativos, aposentados, pensionistas e temporários;
20. Realização de debates internos e convidados sobre o desmonte dos serviços públicos e os ataques aos seus servidores ativos, aposentados, pensionistas e temporários. A partir do arcabouço legal. Culminando com a participação no seminário que será organizado pelo FONASEFE;

CONJUNTURA INTERNACIONAL

1. Promover o estreitamento nas relações com entidades sindicais de trabalhadores de Institutos Públicos de Pesquisa Estatísticas e Geográficas dos Países que compõem os BRICS;
2. Realizar campanha contra o genocídio do povo palestino;
3. Participar nas próximas edições do Fórum Social Mundial;
4. Promover interlocução sobre precarização no Brasil e no mundo junto à OIT.

CONJUNTURA NACIONAL

1. Realizar campanha de conscientização sobre o papel do parlamento nas decisões orçamentárias e regras de funcionamento do serviço público;
2. Realizar campanha sobre a importância do voto nas eleições municipais (executivo e legislativo). Trabalhador vota em trabalhador!
3. Apoiar ações e campanhas contra a privatização das escolas públicas, empresas públicas de saneamento e abastecimento de água dos estados e municípios;
4. Apoiar ações e campanhas em defesa da reestatização da Eletrobras.

TEMPORÁRIOS/PRECARIZAÇÃO

1. Que os Núcleos façam um levantamento das demandas dos temporários para serem discutidas no Comitê Gestor do Plano de Cargos e Carreiras do IBGE;
2. Inclusão do ressarcimento saúde para os temporários e seus dependentes;
3. A ASSIBGE SN encaminhará um documento para o MGI com a pauta do reajuste dos trabalhadores temporários, solicitando ainda um grupo de trabalho constituído pelo próprio ministério, IBGE e sindicato, a fim de buscar uma solução ao tema;
4. Persistindo a ausência de pagamento da indenização de campo aos temporários, estudar a viabilidade de fornecer aos trabalhadores subsídios para ingressarem com ações individuais junto aos juizados especiais federais, pleiteando o direito.

MOÇÕES

NOTA DE INDIGNAÇÃO AO MGI

Durante a Reunião de Direção Nacional dos trabalhadores e trabalhadoras do IBGE, realizada entre os dias 4 e 7 de junho de 2024 no Rio de Janeiro, delegações de todo o país decidiram, entre outras medidas, manifestar pública indignação face ao tratamento recebido pelos servidores do IBGE em mesa de negociação junto ao Ministério de Gestão e Inovação.

A ASSIBGE Sindicato Nacional vem dialogando com diversos representantes do governo, tendo inclusive se reunido em março com SIMONE TEBET, à frente do Ministério do Planejamento, ao qual o IBGE é vinculado. Ainda naquele mês, a entidade sindical foi recebida na sede do IBGE para reunião com a direção do instituto; o titular da Secretaria de Gestão de Pessoas, JOSÉ CELSO; e o diretor de Carreiras e Desenvolvimento de Pessoas, EDUARDO ALMAS, ambos do Ministério de Gestão e Inovação, e que trouxeram de Brasília sinalizações promissoras à categoria.

Em todos os espaços, o sindicato tem sido acolhido pelos membros do governo sempre com manifestações de solidariedades às suas pautas urgentes, que reivindicam por melhores condições orçamentárias para que o IBGE possa realizar seu trabalho de excelência, por remunerações aos seus trabalhadores efetivos em patamar equivalente aos outros órgãos reconhecidos como essenciais ao planejamento do Estado, como o Banco Central e o Ipea, e salários dignos aos seus trabalhadores temporários.

Contudo, as palavras de apreço não têm convergido em medidas concretas. Em reunião de negociação no dia 28/05, véspera do aniversário de 88 anos do IBGE, o Ministério de Gestão e Inovação apresentou, em resposta aos pedidos protocolados, uma contraproposta que ignora toda uma discussão construída ao longo dos últimos 10 anos, e não mais do que um reajuste de 9% em 2025, e 3,5% em 2026.

Não só foi negado o patamar salarial que se reclamava, como projeta-se uma ampliação do injustificável desnível remuneratório, vez que aos trabalhadores do Banco Central os percentuais oferecidos foram de 10,9% em 2025, e outros 10,9% em 2026.

Mais que isso, após meses de espera desde a última mesa de negociação, a contraproposta do governo apresenta erros notórios, numa aparente adaptação inacabada, sobre a qual já foram pedidos esclarecimentos formais e se aguarda pela urgente resposta e retificação.

Não se pode mais adiar o efetivo reconhecimento do trabalho do IBGE, uma das instituições mais longevas da república e de indispensável papel na formulação do estado brasileiro, cabendo aos seus trabalhadores, efetivos ativos e aposentados, bem como os temporários, a valorização condizente.

Rio de Janeiro, 6 de junho de 2024.

Reunião de Direção Nacional da ASSIBGE – Sindicato Nacional

MOÇÃO DE SOLIEDARIEDADE AOS SERVIDORES DA EDUCAÇÃO E REPÚDIO AO GOVERNADOR DO PARANÁ

Os trabalhadores do IBGE vêm, por meio desta, prestar solidariedade à greve das servidoras e servidores da educação do Estado do Paraná. Bolsonaro foi derrotado nas urnas, mas a lógica de Estado mínimo para o povo trabalhador e máximo para os empresários e banqueiros segue inabalada.

Apenas a mobilização dos movimentos sociais, sejam sindicais, estudantis e/ou populares, pode barrar a precarização dos serviços públicos.

Vimos também repudiar a privatização das escolas paranaenses de forma antidemocrática por parte do governo Ratinho Jr. O Governo do Estado promete, escancaradamente, entregar até mesmo a contratação de professores a empresas terceirizadas. Repudiamos as atitudes antisíndicas na forma de assédio aos servidores comissionados e temporários, com ameaças de demissão realizadas pela secretaria de educação; a truculência da PM contra a grande manifestação que tomou as ruas de Curitiba, com aproximadamente 15 mil pessoas no dia 03/6; e, repudiamos ainda o inacreditável pedido de prisão, feito pela Procuradoria do Estado a mando do governador, da presidente da APP, sindicato dos professores do Paraná, que não se dobra à perseguição de Ratinho Júnior.

Basta de precarização e privatização! Educação é direito, não mercadoria!

Basta de encher o bolso dos donos de grandes empresas da educação!

Obs.: O relatório completo será publicado na próxima semana com todos os anexos.